

*I Seminário Regional de
Contabilidade Aplicada
ao Setor Público*




Planejamento Governamental e Prestação de Contas

Gloria Aparecida Rodrigues



- Planejamento



- Prestação de Contas

Planejamento

“É o conjunto previamente ordenado de ações com o fim de alcançar-se posições futuras desejadas”

Mauro Calixta Tavares

“Planejar é decidir com antecedência o que fazer, como fazê-lo, quando fazê-lo, e quem deve fazê-lo”

Wikipédia





- Pode dizer-me que caminho devo tomar?
- Isto depende do lugar para onde você quer ir.
- Não tenho destino certo.
- Neste caso qualquer caminho serve.

(Lewis Carroll)

Planejamento Governamental

“O planejamento governamental acrescenta ao conceito as características da esfera pública, tornando a atividade ainda mais complexa. Para realizá-la, é preciso conhecimento aprofundado sobre as razões do estágio de desenvolvimento nacional, as formas de operação do Estado e as circunstâncias e possibilidades políticas de atuação”.

Ministério do Planejamento





Instrumento de Planejamento Governamental

PPA

LDO

LOA



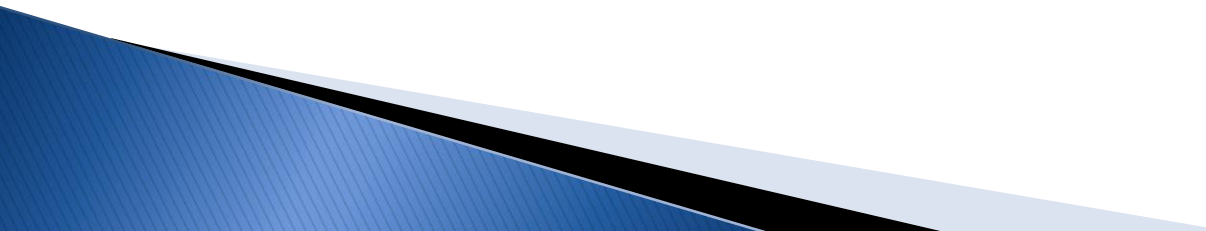
O planejamento é o seu pilar básico

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a **ação planejada e transparente**, em que se **previnem riscos e corrigem desvios** capazes de afetar o **equilíbrio das contas públicas**, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições (...)

(§ 1º do art. 1º)

Planejamento Orçamentário

É o primeiro passo para uma gestão pública responsável garantir que os **objetivos desejados** possam ser **realizados**, conforme a **capacidade dos recursos financeiros**.



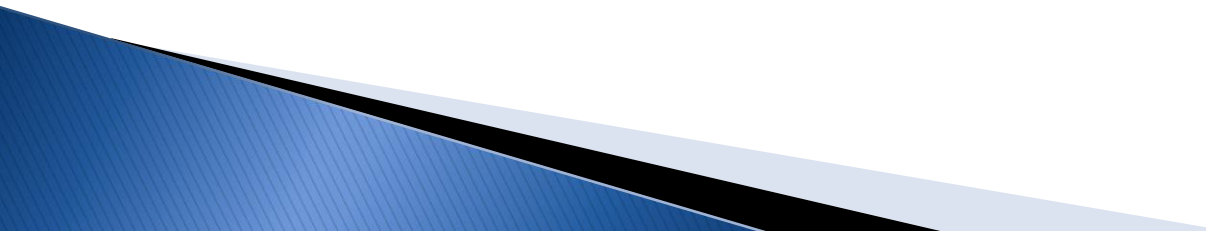
Planejamento Orçamentário

A receita e a despesa orçamentárias assumem, na Administração Pública, fundamental importância, pois representam o montante que o Estado se **apropria da sociedade** por intermédio da tributação e a sua contrapartida aos cidadãos por meio da **geração de bens e serviços**.

Planejamento Orçamentário

A previsão da receita dimensiona a capacidade governamental em autorizar a despesa, entendendo a receita orçamentária como o mecanismo de financiamento do Estado.

Além disso, de acordo com o art. 9º da LRF, a arrecadação é instrumento **condicionante** da execução orçamentária da despesa.





Instrumento de Planejamento Governamental



PPA

Plano Plurianual

A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

(§ 1º do art. 165 CF)

Plano Plurianual



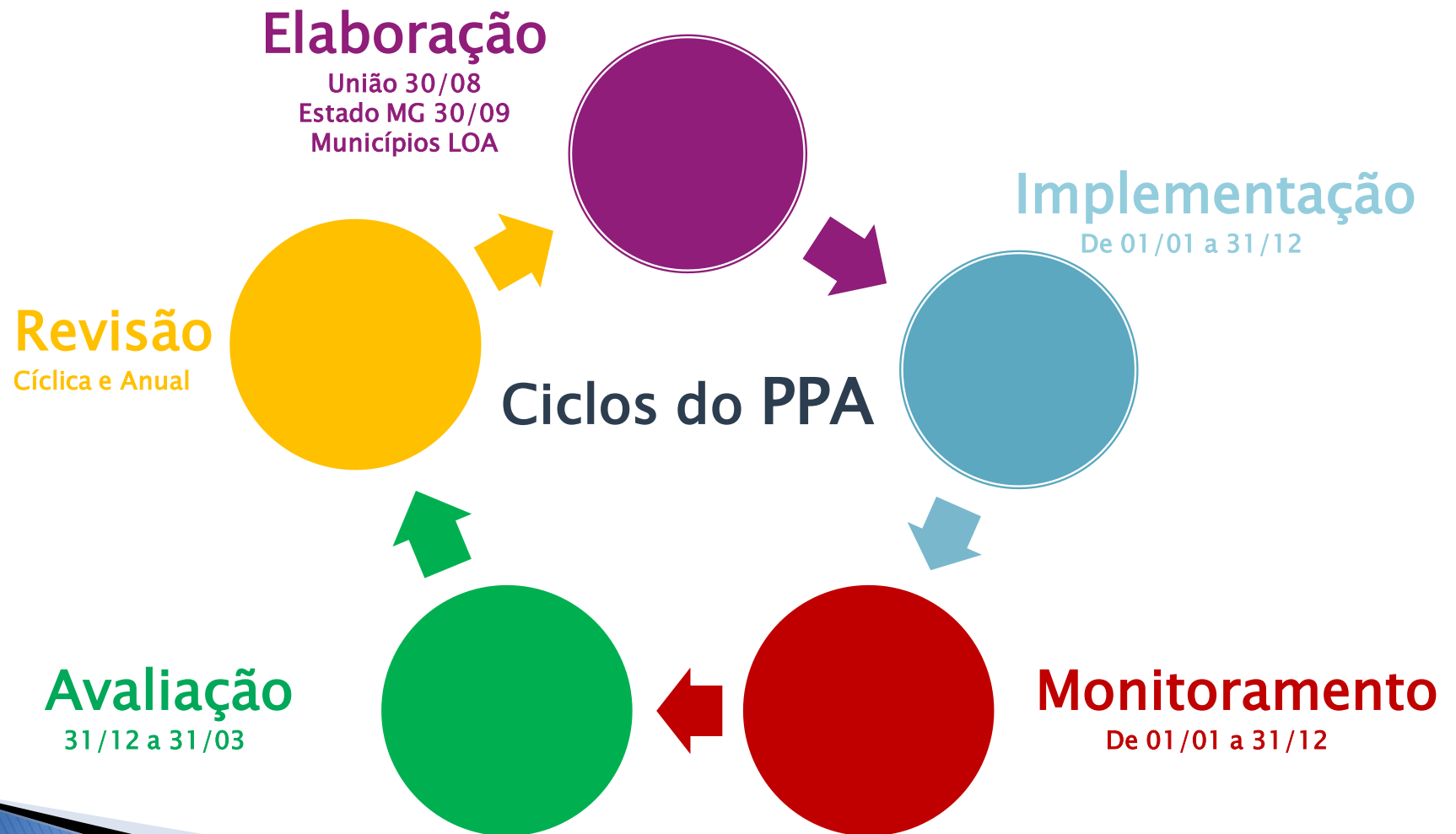
The diagram illustrates the structure of the Multi-Year Plan (Plano Plurianual) through four horizontal green bars. Each bar is preceded by a white circle, and all circles are connected by a single vertical line on the left side. The bars are stacked vertically, with the top bar being the widest and the bottom bar being the narrowest. The text on each bar is in white, bold, sans-serif font.

Base Estratégica do Governo

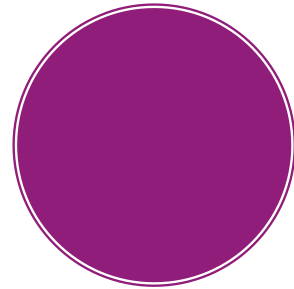
Programas e Ações para 4 anos

Metas Físicas e Financeiras

Reavaliação Anual



Elaboração



Diretrizes: orientações, indicações e princípios estratégicos que irão nortear todo o planejamento

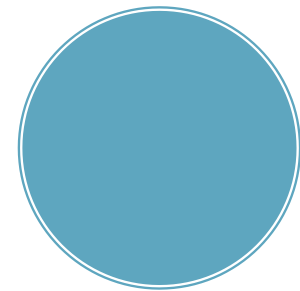
Objetivos: expressos na programação do PPA

Metas: resultados que se pretende alcançar com a realização e execução dos programas e ações governamentais

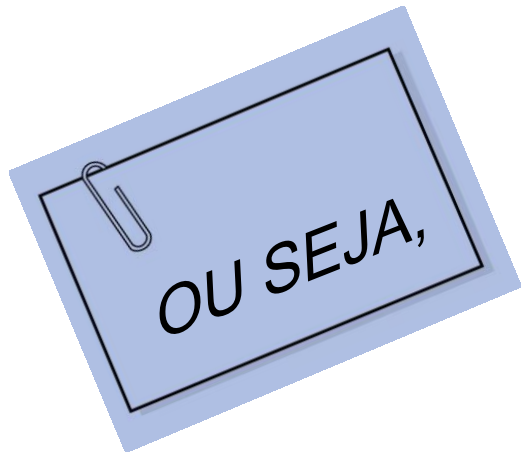
Plano Plurianual – 2018 a 2021 vigente

Instituiu os programas e as ações governamentais para o quadriênio.

Implementação

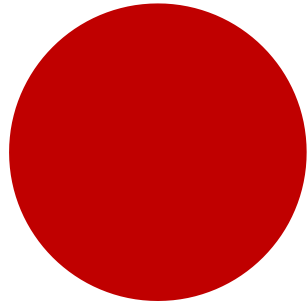


Operacionalização,
durante os quatro anos,
do Plano aprovado, por
meio dos Programas e
Ações.



Foi identificado um problema e traçado um plano de ação para implementar um programa.

Hora de executar!!!

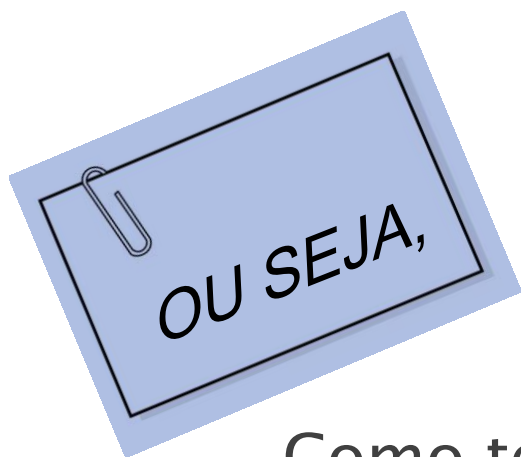


Monitoramento

Acompanhamento sistemático e gerenciamento da execução das ações e metas de cada Programa para a obtenção de informações que subsidiem decisões e correções de problemas.

Gerenciamento efetivo das ações e metas: controle da execução física e financeira.

Baseado na coleta e na análise de dados produzidos durante a execução do programa.




Como ter certeza que tudo sairá conforme planejado?

Monitorando

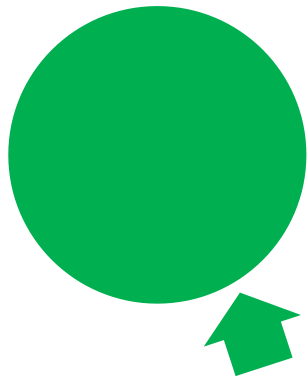
Monitoramento é o acompanhamento periódico da operação de um programa ou de uma política pública.

Resumindo:

- ✓ O monitoramento informa as pessoas envolvidas no projeto sobre a sua evolução;
 - ✓ Contribui para o processo de **prestação de contas** e de **transparência** na execução de políticas públicas.
- 

Avaliação

Aferição de até que ponto as estratégias adotadas e as políticas públicas desenvolvidas atenderam as demandas da





A avaliação permite medir o grau de sucesso de uma política pública.

Fortalece a capacidade da Administração Pública atuar com Transparência e Responsabilidade.

Permite verificar se os resultados obtidos através de uma ação refletem aquilo que se esperava inicialmente.

Critérios de aferição:

A EFICIÊNCIA será maior ou menor quanto maior ou menor for o valor do produto realizado em relação aos meios empregados.

A EFICÁCIA é a medida da adequação entre o que se produziu e os resultados esperados.

A EFETIVIDADE é a medida do impacto dos resultados alcançados sobre a realidade que se buscava alterar.

Exemplo 1:

Ação: Ampliação do número de classes do ensino fundamental.

Meta: Construção de dez salas de aula em um ano.

Eficiência: dez salas construídas com o menor volume de recursos alocados.

Eficácia: dez salas de aula construídas no prazo previsto, com os recursos destinados.

Efetividade: 100% da demanda de vagas no ensino fundamental atendida nas escolas municipais.



Exemplo 2:


Ação: Campanha para redução da dengue.

Meta: Realizar campanha nos bairros.

Eficiência: campanha realizada com o menor número de pessoas e recursos financeiros despendidos.

Eficácia: campanha realizada dentro do cronograma e com os recursos previstos.

Efetividade: redução em 80% dos casos de dengue nos bairros.



PPA mal
elaborado,

Governo mal
avaliado!



AVALIAÇÃO



**Transparência
da
Administração
Pública**

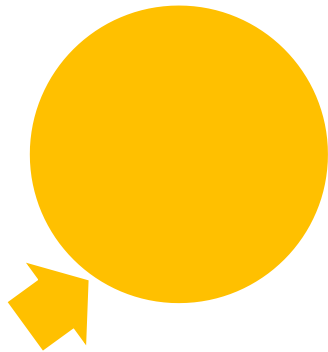


FISCALIZAÇÃO



- Legalidade
- Formalidades
Jurídicas e
Administrativas

Revisão



Adequação anual do Plano às mudanças internas e externas da conjuntura política, social e econômica, por meio da alteração, exclusão ou inclusão de Programas; resulta dos processos de monitoramento e avaliação.



Instrumento de Planejamento Governamental



LDO

Lei de Diretrizes Orçamentárias



Metas e Prioridades



Política Tributária / Pessoal / Fiscal



Metas Fiscais



Riscos Fiscais



Lei de Diretrizes Orçamentárias

Este instrumento, inovador no processo orçamentário, tem como objetivo principal fazer uma *“ponte entre o PPA (médio prazo) e a Lei Orçamentária (curto prazo), antecipando o debate nos grandes temas nacionais já previstos no Plano e que seriam implementados no orçamento no ano subsequente”*

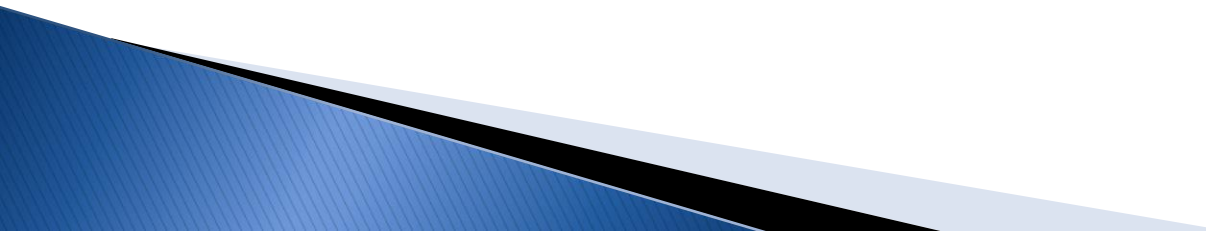
(Fábio Chaves Holanda, 1994, p. 8)

Anexo de Metas Fiscais

No Anexo de Metas Fiscais são estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Metas Fiscais

Metas fiscais representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais visando atingir os objetivos desejados pela Administração quanto à trajetória de endividamento no médio prazo.



Anexo de Riscos Fiscais

No Anexo de Riscos Fiscais serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Contingência passiva é uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da entidade.

Riscos Fiscais podem ser conceituados como a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente as contas públicas.

Riscos Fiscais





Instrumento de Planejamento Governamental



LOA

Lei Orçamentária Anual



Estima o fluxo previsto de ingressos

Fixa fluxo de aplicações de recursos

Autoriza abertura de créditos suplementares

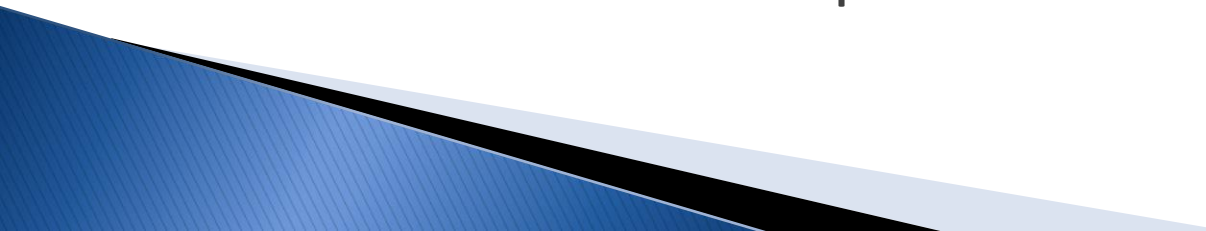
Autoriza realização de operações de crédito



Orçamento Programa

A ênfase está nos programas de governo, nas realizações almejadas.

Uma peça que traduz o plano de trabalho do governo, indicando os programas e as ações que serão realizados, discriminando os **montantes** e as **fontes de recursos** que serão realizados.



Elaboração

A elaboração é fase que compreende o processo de construção da proposta orçamentária por programa de governo, ação e unidade orçamentária. Nessa fase se estima a receita e se estabelecem as despesas, apresentadas de forma padronizada e discriminadas conforme as várias classificações exigidas nos dispositivos legais.

Comunicado 18/2018

TCEMG

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, por meio da Coordenadoria para Desenvolvimento do Sicom, comunica que a publicação das versões 1.0 do **Ementário da Receita Orçamentária**, da **Tabela de Classificação da Despesa Orçamentária** e da **Tabela de Fonte de Recursos**, padronizadas por este Tribunal para aplicação no exercício de **2019**, inclusive no que se refere à elaboração do respectivo projeto de lei orçamentária encontra-se disponível no Portal do Sicom.

Monitoramento da Execução Orçamentária

LRF estabelece que o Poder Executivo, no prazo de até 30 dias após a publicação da LOA, deve:

- ✓ Desdobrar as receitas previstas em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa;
- ✓ Estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Monitoramento da Execução Orçamentária

Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO.

Monitoramento da Execução Orçamentária

**Metas Bimestrais
(frustração)**

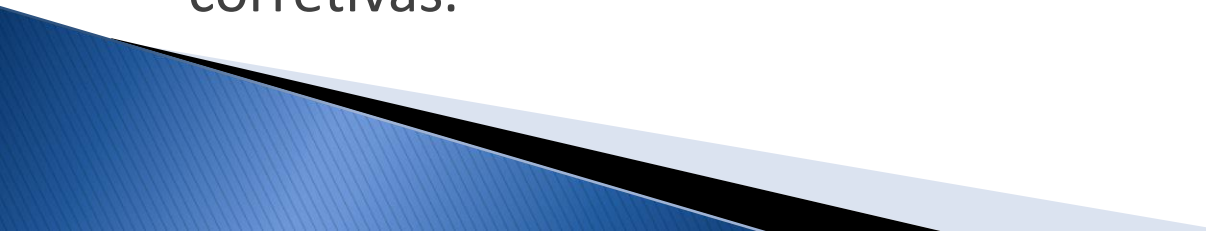
**Limitação
de Empenho**



Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

O Poder Executivo deve apresentar o relatório de **Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais** em audiência pública no Poder Legislativo, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro.

Objetivo: avaliar o cumprimento da meta fiscal e o comportamento da arrecadação e das despesas frente ao planejado; apresentar justificativas dos desvios e as medidas corretivas.



VINCULAÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO



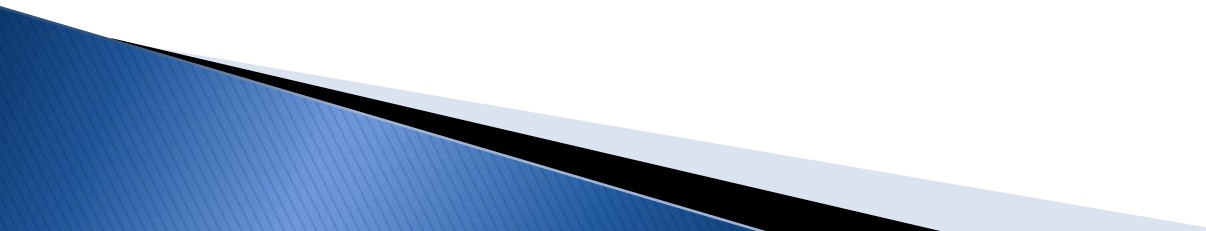


O registro da arrecadação dos recursos é efetuado por meio de códigos de natureza de receita, sendo que cada receita possui normas específicas de aplicação. Essas normas, por sua vez, podem especificar tanto “quem” deverá aplicar a receita quanto “qual” atividade estatal (qual política pública, qual despesa) deverá ser financiada por meio dessa receita.

Destinação dos Recursos Arrecadados

Destinação vinculada: processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela norma.

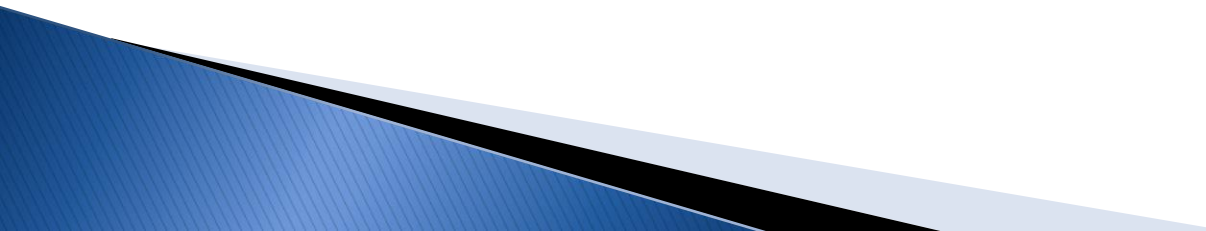
Destinação não vinculada ou ordinária: é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades, desde que dentro do âmbito das competências de atuação do órgão ou entidade.



Lei de Responsabilidade Fiscal

Art. 8º [...]

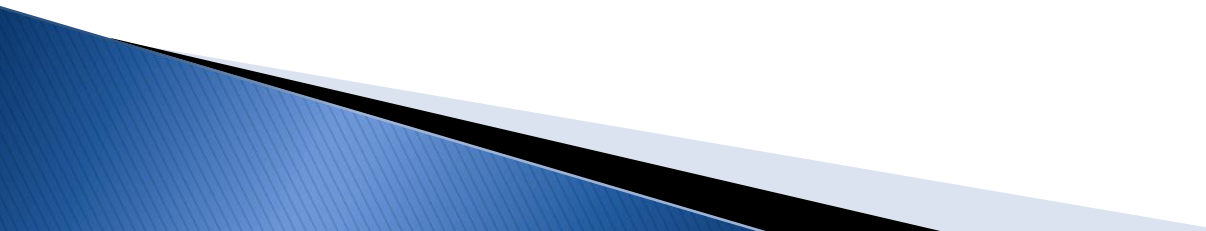
Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.



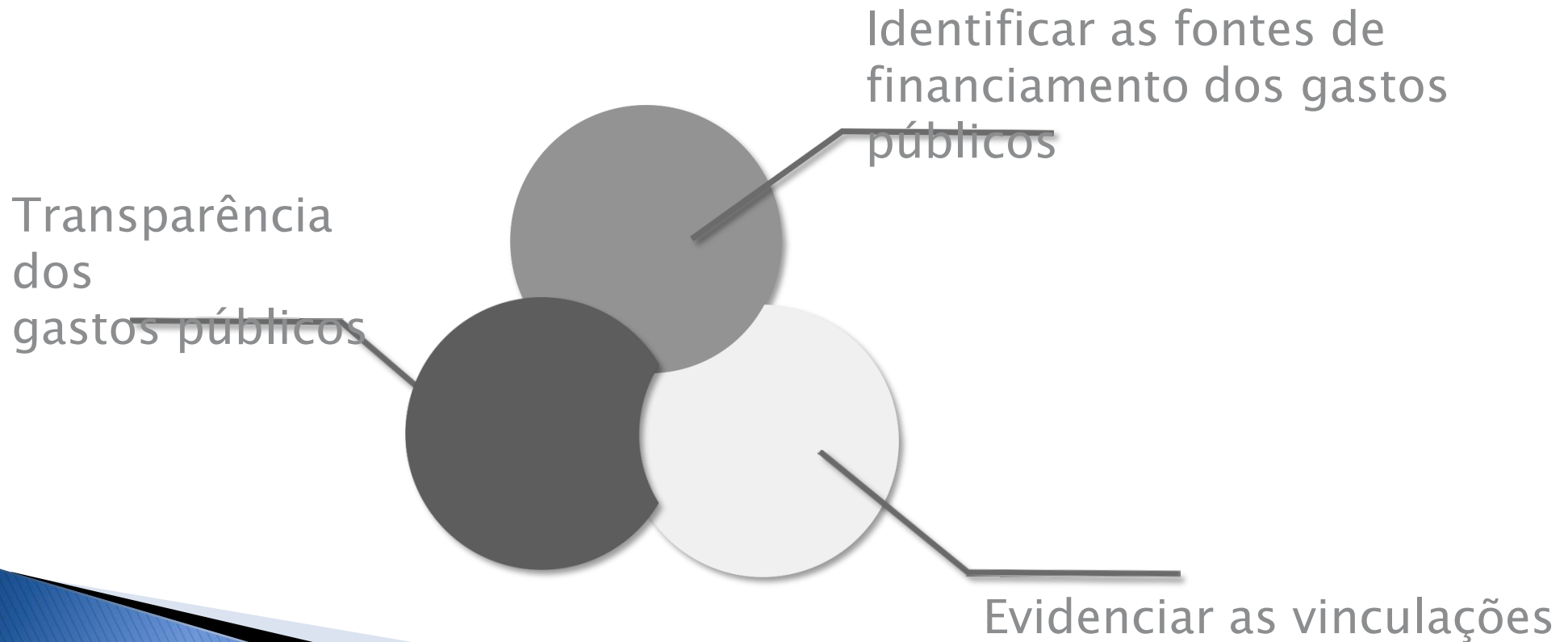
Lei de Responsabilidade Fiscal

Art. 50 – Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

I – a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada.



Objetivos da Classificação

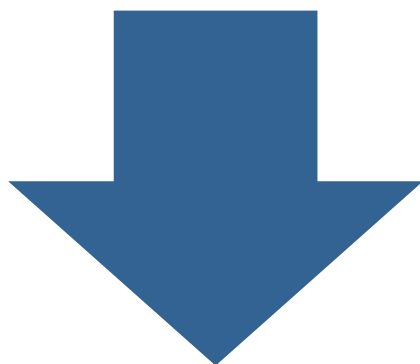


Mecanismo integrador entre a receita e a despesa



NA RECEITA, indica o destino de recursos para o financiamento de determinadas despesas;

NA DESPESA, identifica a origem dos recursos utilizados.



Receita
indica a
destinação



Despesa
indica a
origem





Tabela indica a destinação de recursos para cada natureza de receita

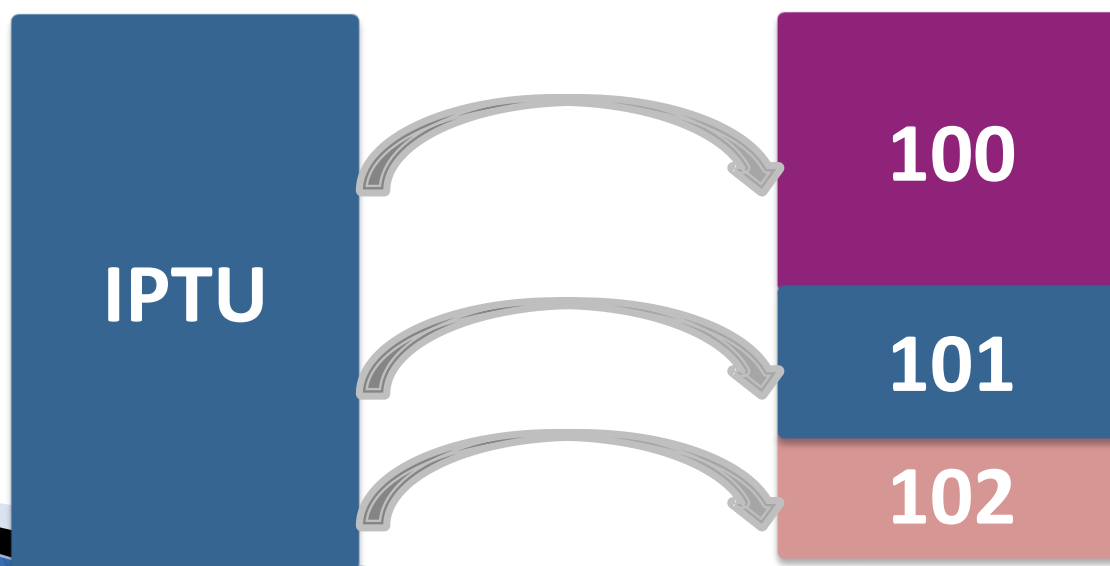
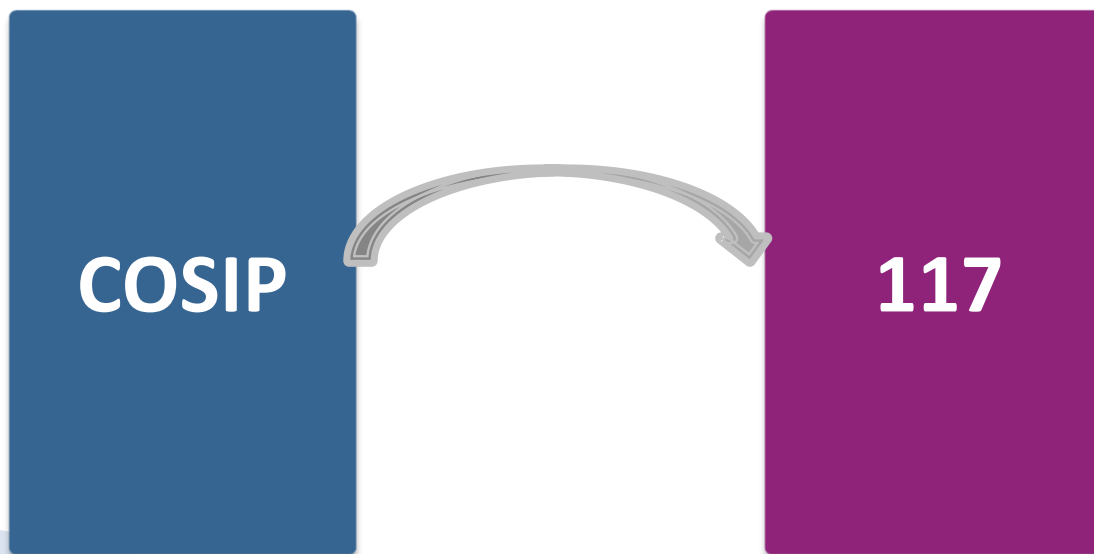




Tabela indica a destinação de recursos para cada natureza de receita





Arrecadação gera DDR



The diagram consists of two chevron-shaped boxes pointing from left to right. The first box is blue and contains the text 'Receita' and 'Fonte 117'. The second box is purple and contains the text 'Disponibilidade de Caixa' and 'Fonte 117'. The boxes are connected by a small gap, indicating a flow or relationship between the two concepts.

Receita

Fonte 117

Disponibilidade
de Caixa

Fonte 117

Despesa compromete DDR



Disponibilidade Líquida de Caixa - Fonte 117



Extraorçamentária

```
graph LR; A[Ingressos  
Fonte 117] --> B[Desembolsos  
Fonte 117]
```

Ingressos

Fonte 117

Desembolsos

Fonte 117



Resultado
Financeiro
(por fonte)



DDR
(por fonte)



Ativo Financeiro
(-)
Passivo Financeiro



Mecanismos Retificadores do Orçamento Público

Durante a execução do orçamento, as dotações inicialmente aprovadas na LOA podem revelar-se insuficientes para realização dos programas de trabalho, ou pode ocorrer a necessidade de realização de despesa não autorizada inicialmente. Assim, a LOA poderá ser alterada no decorrer da sua execução por meio de **créditos adicionais**, que são autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na LOA.

Créditos Adicionais



Créditos Suplementares

Destinados a reforço de dotação orçamentária, devendo ser autorizados por lei.

A LOA poderá conter autorização para abertura de créditos suplementares, limitados a determinado valor ou percentual.

Os créditos suplementares terão vigência no exercício em que forem abertos.

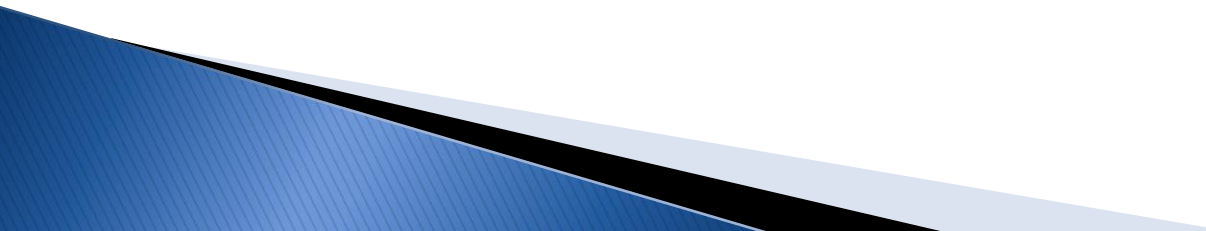
Comunicado 14/2018 TCEMG

Atentar para a edição de leis orçamentárias com **autorização de percentual superior a 30%** do valor orçado, que no entendimento deste Tribunal, aproxima-se, na prática, de concessão ilimitada de créditos suplementares, presumindo-se a falta de planejamento da municipalidade. Tal procedimento caracteriza desvirtuamento do orçamento-programa, pondo em risco os objetivos e metas governamentais traçados pela Administração Pública.

Créditos Especiais

Destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, devendo ser autorizados por lei.

Os créditos especiais não poderão ter vigência além do exercício em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites dos seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.



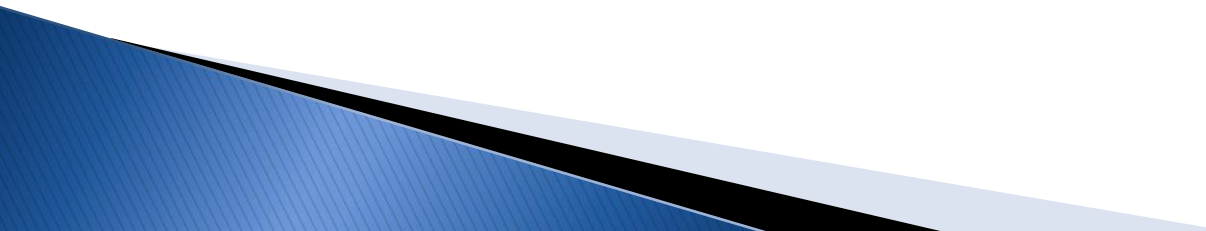
Créditos Extraordinários

Destinados a despesas urgentes e imprevisíveis, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Os créditos extraordinários não poderão ter vigência além do exercício em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites dos seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente

Fonte de Recursos dos Créditos Adicionais

A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

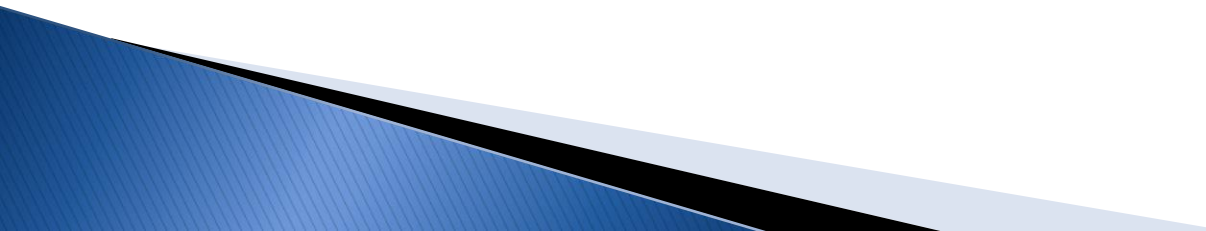


Fonte de Recursos dos Créditos Adicionais



CRÉDITOS ADICIONAIS

A fonte de recursos da
fonte de recursos ...



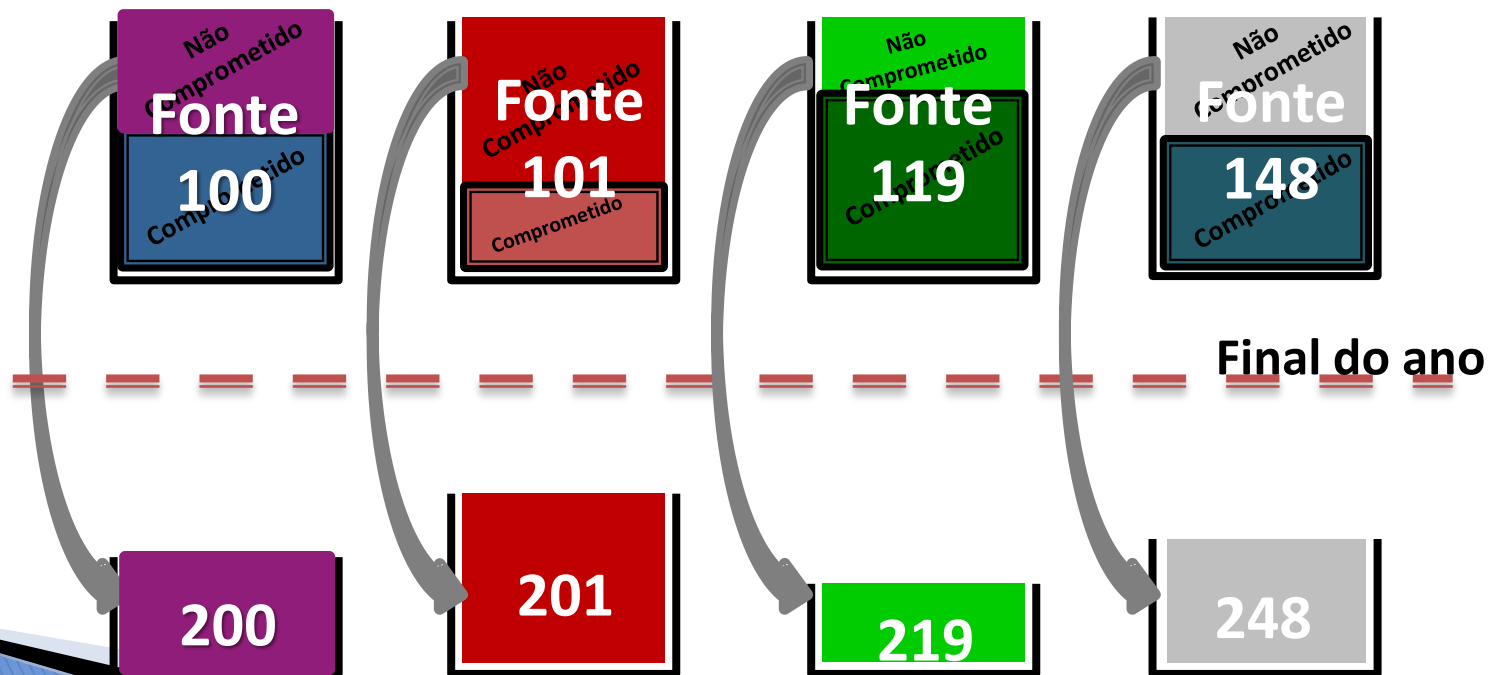
A Lei Orçamentária é aprovada com equilíbrio entre receitas e despesas (por fonte de recursos).



E quando é aberto um crédito adicional?

Créditos Adicionais

Fonte/Destinação de Recursos



Excesso de Arrecadação

Crédito
Adicional
Fonte 148

Receita
Estimada
Fonte 148

Receita
Arrecadada
Fonte 148

Créditos Adicionais

Fonte/Destinação de Recursos

“Da análise sistêmica dos artigos 8º e 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal, conclui-se pela obrigatoriedade de se calcular o superávit financeiro e o excesso de arrecadação por fonte de recurso vinculado, separadamente das demais fontes”.

Guia de Orientação aos Gestores
Municipais TCE/MG

Realocações Orçamentárias



Remanejamentos


São realocações na organização de um ente público, com destinação de recursos de um órgão para o outro.

Destinam-se a atender à movimentação de recursos orçamentários quando em uma reforma administrativa. Exemplo: a extinção de um órgão para a institucionalização de outro; o desmembramento de órgão.

Transposições

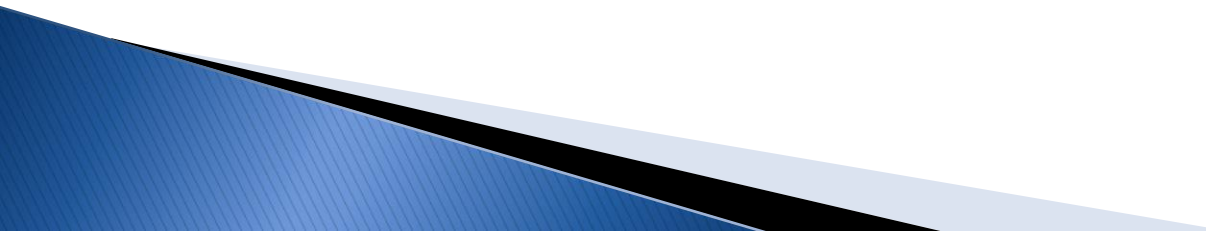
São realocações no âmbito dos programas de trabalho e/ou ações, dentro do mesmo órgão.

Se concretizam no âmbito dos programas de trabalho, quando o motivo for a repriorização de ações governamentais.



Transferências

São realocações de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho, cujo motivo seja a repriorização de gastos governamentais.



Comunicado 14/2018 TCEMG

Ressaltamos que a transposição, o remanejamento e a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, de que trata o art. 167, VI, da Constituição da República, devem ocorrer mediante **prévia autorização legislativa, sendo incabível previsão neste sentido na Lei Orçamentária Anual** nos termos do § 8º do art. 165 da Constituição da República.

Distinção entre Créditos Adicionais e Realocações Orçamentárias

O **motivo** que ensejou cada uma delas. Se em relação aos **créditos adicionais** o fator determinante é a **escassez de recursos** orçamentários para o atendimento de uma necessidade pública, no que diz respeito às **realocações orçamentárias** a justificativa é a **repriorização de gastos** no âmbito da Administração Pública.

Comunicado 14/2018 TCEMG

Verifica a abertura de créditos orçamentários, bem como de remanejamentos, transposições e transferências, **com acréscimos e reduções em fontes incompatíveis**, nos termos da Consulta nº 932477/14 – TCEMG, que veda a abertura de créditos adicionais utilizando-se recursos de fontes distintas, excetuando as originadas do Fundeb (118, 218, 119 e 219) e das aplicações constitucionais em Ensino e Saúde (101, 201, 102, 202), incluídas as fontes 100 e 200.

O sistema compara o valor do acréscimo com o valor da redução para cada fonte de recurso, identificando as alterações com fontes incompatíveis, conforme relatório eletrônico anexado à Prestação de Contas Anual.

A Lei Orçamentária é aprovada com equilíbrio entre receitas e despesas (por fonte de recursos).



E quando é aberto um
crédito adicional?

Pergunta respondida?

PRESTAÇÃO DE CONTAS





O SICOM é uma tecnologia inovadora do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, criada em parceria com os jurisdicionados, para apoiar o controle externo da gestão dos recursos públicos de forma **eficiente, eficaz, efetiva e transparente.**



Instrução Normativa TCEMG nº 03/2015

Disciplina a remessa ao Tribunal das informações orçamentárias, financeiras, contábeis, operacionais e patrimoniais dos municípios mineiros, referentes ao exercício financeiro de 2016 e seguintes.



MÓDULOS

- ✓ Instrumentos de Planejamento
- ✓ Acompanhamento Mensal
- ✓ Balancete Contábil
- ✓ Folha de Pagamento
- ✓ Demonstrações Contábeis



O responsável pela prestação de informações se sujeita às responsabilidades civis, penais e administrativas pela inexatidão, supressão ou falsidade das declarações prestadas.

Comunicado 14/2018 TCEMG

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, por meio da Coordenadoria para Desenvolvimento do Sicom, informa aos Senhores Prefeitos a atualização dos parâmetros utilizados na geração automática dos itens do escopo dos processos das prestações de contas de 2017 e seguintes, sem prejuízo da posterior análise técnica, e dos utilizados para a apuração automática da aplicação do Fundeb.

Comunicado 14/2018 TCEMG

Repasse considerado para fins do limite previsto no art. 29-A da CR/88

O repasse à Câmara Municipal considerado para fins de limite previsto no art. 29 da Constituição da República de 1988 é apurado por meio do repasse concedido (–) o numerário devolvido à Prefeitura (–) as despesas com inativos e pensionistas da Câmara.

Comunicado 14/2018 TCEMG

Parâmetros para cálculo do índice de aplicação no ensino

Fontes do empenho: 101 e 201

Fontes de pagamento: 101 e 201
(em 2017 fontes 100 e 200)

Comunicado 14/2018 TCEMG

Parâmetros para cálculo do índice de aplicação do FUNDEB

Fontes do empenho:

Fundeb 60%: 118 e 218

Fundeb 40%: 119 e 219

Fontes de pagamento:

Fundeb 60%: 118 e 218

Fundeb 40%: 119 e 219

Comunicado 14/2018

TCEMG

Os parâmetros cálculo automático aplicação nas ações e serviços públicos de saúde

Fontes do empenho: 102 e 202

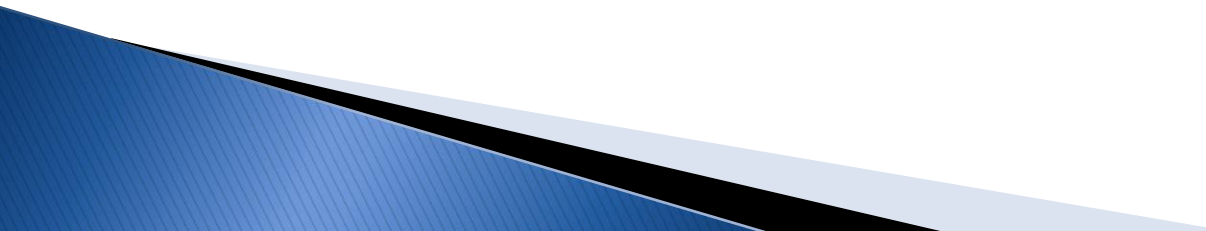
Fontes de pagamento: 102 e 102
(em 2017 fontes 100 e 200)

Comunicado 14/2018 TCEMG

Despesa empenhada na natureza 31, menos:

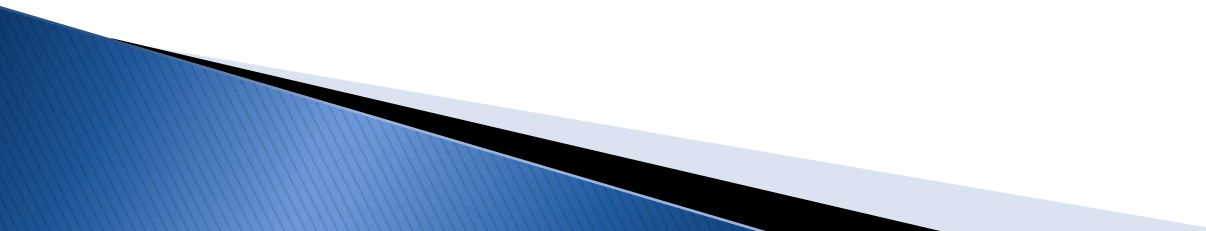
- Inativos e pensionistas com recursos da fonte Tesouro

Despesa com pessoal
(até 2018)

- Inativos e pensionistas com fonte de custeio próprio
 - Indenização por demissão de servidores ou empregados
 - Incentivos a demissão voluntária
 - Sentenças judiciais anteriores
- 

Relatório de Controle Interno


A análise do relatório do controle interno observará se o relatório foi conclusivo, contendo indicação expressa no parecer pela regularidade das contas, pela regularidade das contas com ressalva ou pela irregularidade das contas e ainda se foram relatados os aspectos enumerados no item 1 do Anexo I, encaminhado no módulo DCASP.



IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal

A partir da análise da prestação de contas de 2017, o IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal comporá a análise da prestação de contas municipal **para fins de recomendação.**

O IEGM tem por objetivo avaliar a efetividade das políticas e atividades públicas desenvolvidas em sete grandes dimensões: Educação; Saúde; Planejamento; Gestão Fiscal; Meio Ambiente; Cidades Protegidas; Governança em Tecnologia da Informação.



Comunicado 14/2018 TCEMG

IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal

Os dados para o cálculo do IEGM são obtidos por meio de questionário aplicado anualmente pelo Tribunal de Contas aos jurisdicionados. Após ponderação das notas alcançadas nas sete dimensões – calculadas conforme metodologia única adotada nacionalmente.

Comunicado 14/2018 TCEMG

PNE – Plano Nacional de Educação (Metas 1 e 18, Lei 13.005/2014)

Meta 1:

a) Universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade, até 2016.

b) Ampliação da oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças até 3 anos de idade, até 2024.

Meta 18: Observância do piso salarial nacional, definido em lei federal para os profissionais da educação básica pública.



**A boa notícia:
Ainda dá tempo!!!**



Obrigado!

**Um excelente planejamento e uma
prestação de contas plenamente
regular!!!**

